

Ciência, movimento e prática? Chaves analíticas para identificar a “dimensão social” da agroecologia

Science, movement and practice? Analytical keys to identifying the “social dimension” of agroecology

 **Mariana Homem de Mello Reinach¹**

 https://doi.org/10.36920/esa33-1_05

Resumo: Embora tenha-se convencionado que a agroecologia pode ser entendida como movimento, ciência e/ou prática, essa classificação é insuficiente em termos sociológicos. Buscamos identificar o conteúdo político e ideológico do que se afirma como “dimensão social da agroecologia” por meio de uma comparação entre os discursos políticos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da Via Campesina. Partindo da Ecologia Social e do materialismo sociológico como ferramentas analítico-interpretativas, identificamos que a distinção fundamental entre os “tipos” de agroecologia pode ser encontrada em categorias de diferenciação de classe, ideologia, organização social e relação entre sociedade e natureza. Concluimos que hoje o saber agroecológico pode assumir tanto uma forma hegemônica-dominante-central quanto uma forma subalterno-periférica-insurgente. Ao mesmo tempo que se excluem, ambos se reforçam mutuamente, numa relação dialética entre autoridade e liberdade.

Palavras-chave: Agroecologia. Ecologia Social. FAO. Via Campesina.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: mhmr@ufrrj.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1942-4191>

Abstract: Although it has been agreed that agroecology can be understood as a movement, science and/or practice, this classification is insufficient in sociological terms. We sought to identify the political and ideological content of what is claimed to be the “social dimension of agroecology” by comparing the political discourses of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and La Via Campesina. Using Social Ecology and sociological materialism as analytical-interpretative tools, we identified that the fundamental distinction between the “types” of agroecology can be found in categories of class differentiation, ideology, social organization and the relationship between society and nature. We concluded that today agroecological knowledge can take on both a hegemonic-dominant-central form and a subaltern-peripheral-insurgent form. At the same time as they exclude each other, both mutually reinforce each other, in a dialectical relationship between authority and freedom.

Keywords: Agroecology. Social Ecology. FAO. Via Campesina.

Introdução

Hoje há um consenso de que a agroecologia é um conceito polissêmico, que pode remeter a pelo menos quatro entendimentos principais: “agroecologia enquanto ciência”, “agroecologia enquanto prática”, “agroecologia enquanto movimento social”, e “agroecologia enquanto ciência, movimento e prática” (fusão indissociável das três perspectivas anteriores) (Norder *et al.*, 2016; Sevilla Guzmán; Woodgate, 2013; Wezel *et al.*, 2009).

Porém, em nosso entendimento, essa tipologia se mostra pouco útil em termos sociológicos. Por se tratar de uma alternativa ao sistema agroalimentar hegemônico, todos os diferentes atores que reivindicam o conceito de agroecologia necessariamente mobilizam-se em torno de determinados saberes, práticas e “movimentos”, sejam eles mais ou menos progressistas. A classificação enquanto ciência, movimento e/ou prática, por si só, não permite identificar o conteúdo ideológico desses saberes, práticas ou movimentos

sociais, ocultando possíveis tensionamentos e relações de poder, a origem política das diferentes abordagens ou mesmo com qual sujeito histórico ou classe social essas abordagens estão identificadas.

Ao acompanhar autores que se debruçaram sobre o histórico do termo “agroecologia” e sua difusão pelo mundo (Altieri, 2015; Gliessman, 2013; Hecht, 1995; Norder *et al.* 2016; Schmitt, 2016; Sevilla Guzmán, 2011; Sevilla Guzmán; Woodgate, 2013; Wezel *et al.*, 2009), percebemos que este sofreu intensas transformações e foi objeto de disputas desde sua origem.

Podemos dizer que, quando o conceito foi cunhado por Basil Bensing, em 1930, e desenvolvido inicialmente por cientistas de países centrais (principalmente europeus), esteve associado a uma concepção utilitarista da natureza, que visava unir ecologia e agronomia para chegar a métodos de incremento da produção agrícola por meio do manejo ecológico de cultivares de interesse comercial (Gliessman, 2013; Wezel *et al.*, 2009).

No entanto, o termo chegou a países periféricos e semiperiféricos nos anos 1970 por meio da prática científica de agrônomos e técnicos sensíveis à realidade das comunidades camponesas com as quais trabalhavam. Neste contexto, o termo “agroecologia” passou a incorporar uma visão coevolutiva sobre a relação entre natureza e cultura, característica da cosmologia de populações rurais que já desenvolviam sofisticadas estratégias de manejo ecológico para o abastecimento de alimentos de suas comunidades (Hecht, 1995; Gliessman, 2013; Toledo; Barrera-Bassols, 2008).

A “agroecologia” passou então a designar também práticas agrícolas já existentes e historicamente renegadas pela ciência positivista moderna, que por sua vez abriu-se para um enfoque pluriépistemológico de “diálogo de saberes” que valorizasse a complementaridade entre trabalho intelectual e trabalho manual, observado em comunidades tradicionais. Neste contexto periférico, o uso da agroecologia passou também a fortalecer processos de resistência de populações camponesas marginalizadas pela difusão da Revolução Verde, ganhando contornos de movimento social (Altieri, 2015; Altieri; Toledo, 2011; Gliessman, 2013; Sevilla Guzmán; Woodgate, 2013).

Nos anos 1990, o movimento agroecológico institucionalizou-se em ONGs e voltou majoritariamente suas demandas ao Estado, em busca de direitos,

reconhecimento e legitimidade institucional. Suas demandas começaram a ser “contempladas” nos anos 2000, a partir do momento em que convergiram com a passagem do capitalismo à fase neoextrativista, que incorporou estrategicamente a ecologização técnica nos moldes do “desenvolvimento sustentável” e o discurso de defesa de “povos e comunidades tradicionais” como forma de inseri-los em cadeias de valor de forma subordinada (Aceslrad, 2010; Composto; Navarro, 2014; Hoffmann, 2010). Essa nova fase, que também coincidiu com um ciclo de governos progressistas na América Latina, culminou na criação de tímidas políticas públicas, que na visão de alguns autores e movimentos sociais, reduziram o sentido potencialmente emancipatório da agroecologia (Giraldo; Rosset, 2016; Reinach; Fabrin, 2020).

Cada uma dessas transformações desdobrou-se em grupos de atores com entendimentos e discursos diferentes e que apontam para estruturas sociais, práticas e expectativas diversas girando em torno do mesmo conceito de “agroecologia”. Em nossa visão, as diferentes formas como a agroecologia foi e é ressignificada diz respeito à relação entre contextos locais e globais, estruturas de poder e diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo².

Este artigo apresenta os principais resultados de uma pesquisa de mestrado que buscou identificar o conteúdo político e ideológico do que se afirma como “dimensão social da agroecologia”. Propomos considerar a agroecologia em um contexto geopolítico amplo, adotando uma abordagem multidimensional e multiescalar para entender como as relações de produção agroecológicas expressam-se na realidade das relações de produção globais, e quais seus desdobramentos sociológicos, ideológicos e políticos. Neste sentido, consideramos importante abordar seu par antagônico, a Revolução Verde, da mesma maneira.

A Revolução Verde foi e é um fenômeno global, que não se resumiu a uma revolução técnica, mas abarcou uma série de mudanças profundamente sociais, políticas, culturais, organizacionais e ambientais. Ela expressou a culminância de diversos eventos históricos e dinâmicas econômicas, tendo respondido, em diferentes momentos, a mecanismos inerentes à lógica de funcionamento

² Para uma análise mais detalhada sobre o surgimento, difusão e desenvolvimento histórico do termo “agroecologia”, ver “História da agroecologia dos centros às periferias: genealogia, disputas e transformações” (Reinach, 2024).

do capitalismo³. Em seus mais de 60 anos de história, a Revolução Verde não permaneceu estática. Pelo contrário, modificou-se e incorporou muitas das críticas voltadas inicialmente contra ela.

Podemos dizer que a primeira etapa da Revolução Verde, originada nos anos 1950, correspondeu ao modelo de produção fordista aplicado à agricultura (baseado em produção e consumo de massa, padronização de ambientes, economia de escala e convenções de qualidade mínima, com a finalidade de gerar altas taxas de produtividade agrícola por meio da produção extensiva em larga escala e do uso intensivo de tecnologia). Já a segunda etapa da Revolução Verde, principalmente a partir dos anos 1980, correspondeu à passagem do setor agroindustrial ao modelo de produção toyotista (fundamentado em uma economia de demanda, focado na diferenciação dos produtos e na valorização das qualidades e variedades – Bonneuil *et al.*, 2011).

Nesta segunda etapa, o agronegócio (bem como todos os outros setores industriais) foi obrigado a renovar suas bases tecnológicas em busca de mais eficiência energética, eliminação do desperdício e conservação de recursos, além de se expandir em busca de novos processos de acumulação. Esta tendência levou a um salto tecnológico (em direção à engenharia genética e à biotecnologia, por exemplo), ao “esverdeamento” da cadeia agroindustrial (em direção ao que hoje se chama de agricultura climaticamente inteligente, agricultura de baixo carbono e intensificação ecológica, por exemplo) e à suposta valorização de saberes tradicionais e variedades locais (que hoje se organiza em torno das “cadeias de valor da sociobiodiversidade”, por exemplo⁴).

Desde então, as disputas em torno do termo “agroecologia”, bem como de suas práticas, se tornaram mais acirradas. Atualmente, sua definição mostra-se fundamental, principalmente do ponto de vista de movimentos sociais que

³ Para uma visão aprofundada sobre a geopolítica da Revolução Verde e suas transformações, ver Perkins (1997), Bonneuil (2011), Ceccon (2008), George (1978), Porto-Gonçalves (2004) e Reinach (2025).

⁴ Longe de expressar uma mudança de paradigmas profunda, essa “valorização” de saberes populares muitas vezes foi acompanhada pela integração subordinada de territórios e de práticas produtivas tradicionais ao sistema econômico capitalista hegemônico, principalmente em países periféricos. Exemplo emblemático disso está na Aliança para a Revolução Verde para a África (AGRA), lançada em 2006 pelas Fundações Bill & Melinda Gates e Rockefeller: “Ao adotar uma abordagem baseada na agroecologia e ao envolver os agricultores em cada etapa do processo de desenvolvimento de tecnologia, podemos realizar uma Revolução Verde mais sensível aos fatores ambientais e mais equitativa para o grande número de agricultores muito pobres da África” (Toennissen, entrevista concedida a Blaustein, 2008, p. 10, tradução nossa).

buscam na agroecologia uma ferramenta de transformação para práticas produtivas emancipatórias.

Para realizar nossa análise sobre a sua “dimensão social”, fizemos um estudo de caso sobre o discurso político de dois atores que hoje estão no centro da disputa entre as diferentes concepções de agroecologia: a Via Campesina e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Ambas as organizações têm capilaridade internacional, influenciando e sendo influenciadas por uma ampla gama de sujeitos e instituições, o que torna a análise de seus discursos particularmente relevante.

Além disso, ambas têm sido, cada uma à sua maneira, responsáveis pela larga disseminação e popularização da agroecologia observada nos últimos anos. Seus discursos encontram ressonância entre pequenos agricultores e comunidades tradicionais, entre ONGs e movimentos sociais, entre gestores de políticas públicas, entre agências financiadoras, fundações, governos e empresas dos mais diversos países.

Categorias de análise

Como fontes primárias, selecionamos 28 documentos oficiais, relatórios e declarações das duas entidades, que tratassem da sua respectiva construção, definição e trabalho com a agroecologia. O período analisado compreende os anos de 2009 a 2018 (período de maior popularização do termo “agroecologia” para além dos circuitos acadêmicos ou alternativos⁵).

No caso da FAO, analisamos três relatórios do Relator Especial sobre Direito à Alimentação, Olivier de Shutter, quatro relatórios resultantes de reuniões e simpósios regionais sobre agroecologia organizados pela FAO, e um documento de síntese das principais propostas da FAO para ampliação da escala da Agroecologia ao redor do mundo.

No caso da Via Campesina, analisamos onze documentos e declarações resultantes de encontros regionais e temáticos sobre agroecologia, bem como

⁵ Conforme mencionado anteriormente, nos anos 2000 a agroecologia estava sendo amplamente difundida por movimentos sociais, ONGs de desenvolvimento e institutos de pesquisa, e começando a ganhar espaço em determinadas políticas públicas na América Latina. O crescimento do uso do termo pode ser percebido na produção acadêmica brasileira, que observa um aumento visível nos anos 2000 e um salto exponencial a partir de 2010. Para mais informações a respeito do nosso levantamento bibliográfico, ver Reinach (2024, p. 5).

documentos da sua Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável. Além disso, analisamos uma publicação temática sobre as experiências da Via Campesina com a produção agroecológica ao redor do mundo, e outra sobre suas lutas por reforma agrária. Por fim, também analisamos a transcrição de gravações de seis entrevistas com alguns de seus membros, retiradas da tese de doutorado de Flávia Braga Vieira (2008).

Além dos documentos acima citados, foram analisados o conteúdo dos *sites* oficiais das duas organizações, bem como alguns textos de fonte secundária refletindo sobre sua atuação. Metodologicamente, optamos por utilizar a Ecologia Social e o materialismo sociológico desenvolvido por Mikhail Bakunin como lentes teóricas e ferramentas analíticas e interpretativas, de modo a agregar novos pontos de vista, chaves de leitura e estratégias metodológicas ao estudo e problematização contemporâneos da agroecologia (Bakunin, 2014; Bookchin, 1999, 2010; Ferreira, 2010, 2014, 2016; Ferreira; Toniatti, 2014; Silva, 2014).

Em resumo, a Ecologia Social formulada por Murray Bookchin aponta que os projetos de dominação da natureza são extensões dos projetos de dominação social (a dominação do ser humano sobre a natureza nasce da dominação de um ser humano sobre outro, e não o contrário). Tal concepção encontra ressonância na filosofia de Mikhail Bakunin (2014), segundo a qual a emancipação da natureza exterior caminha com emancipação e com o desenvolvimento de sociedades que, por sua vez, não dominem e oprimam os indivíduos que a compõem. Para Bakunin, a sociedade é uma forma de expressão da natureza, e sociedade e natureza se retroalimentam constantemente. Portanto, há uma coerência entre a relação estabelecida com o mundo exterior, não humano, e com o mundo interior, social e humano.

Bookchin (2010) entende que os problemas ecológicos atuais têm profundas raízes nos conflitos sociais gestados por uma sociedade hierárquica e desigual baseada na concentração de poder e na ilimitada acumulação de capital. Assim, a Ecologia Social destaca a centralidade das relações de dominação e de hierarquia para a análise da questão ambiental, elegendo como categorias fundamentais de análise: a estratificação social e a divisão de classes, a configuração das relações de poder e as hierarquias,

e a relação estabelecida entre a humanidade, a sociedade e a natureza. Tais concepções dialogam com ideias contemporâneas de autores em voga na Ecologia Política, com o diferencial de não partirem de pressupostos etapistas, economicistas ou teleológicos das quais muitas vertentes marxistas ainda lutam para se desvencilhar.

Partindo destes pressupostos teóricos, em nosso exercício interpretativo organizamos os discursos da FAO e da Via Campesina em notas temáticas, primeiramente identificando categorias e temas que as próprias organizações elegem como centrais em sua concepção sobre agroecologia, para em seguida interpretá-los à luz das categorias fundamentais para a Ecologia Social. Assim, pudemos comparar o conteúdo narrativo da Via Campesina com o conteúdo narrativo da FAO, de modo a explicitar onde reside o âmago de seus pontos comuns e de suas divergências, em termos discursivos⁶.

Embora tenhamos identificado, ao final da pesquisa, discursos divergentes a respeito da agroecologia, sabemos que as duas organizações estabelecem diálogo constante, sendo a FAO uma grande interlocutora das demandas da Via Campesina e vice-versa. Ao final do artigo, realizamos um exercício teórico com o auxílio do materialismo sociológico da teoria anarquista, buscando compreender o processo de diferenciação do saber agroecológico em sua complexidade, como fruto de um processo dialético e contraditório de retroalimentação mútua.

Breve histórico sobre as organizações analisadas

A Via Campesina foi fundada em 1993, unindo forças dos movimentos sociais que se organizaram paralelamente na Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) na América Latina; movimentos e organizações dos Estados Unidos, Canadá e México; e movimentos de agricultores europeus da Áustria, França, Alemanha, Holanda e Suíça, que compunham a Coordenação Camponesa Europeia (CPE).

De acordo com Flávia Braga Vieira (2008) e alguns militantes entrevistados por ela, o surgimento de movimentos rurais articulados internacionalmente

⁶ Para acompanhar o detalhamento desta análise com as citações e referências completas aos documentos, ver a dissertação de mestrado: *Controvérsias sobre a dimensão social da agroecologia: uma comparação entre os discursos políticos da FAO e da Via Campesina* (Reinach, 2020).

por meio da Via Campesina foi uma resposta ao acirramento da agressividade do grande capital transnacional sobre o mundo rural, decorrente do ascenso da chamada globalização neoliberal, a partir dos anos 1980. Paralelamente à decomposição do bloco soviético e do Leste Europeu, a América Latina vivia no mesmo período a eclosão de muitos movimentos que ainda reivindicavam um caráter socialista, que foi reelaborado no processo de construção da Via Campesina. O nome “La Vía Campesina” expressa o peso dos movimentos latinoamericanos em sua criação, que já tinham expressivo enraizamento nas bases e uma profunda articulação entre si. Até hoje esses movimentos são, junto aos movimentos europeus do sul, os mais influentes dentro da articulação.

Atualmente a Via Campesina é um movimento social internacional que, segundo seu *site* oficial⁷, é formado por 182 organizações de 81 países, reunindo uma base de mais de 200 milhões de camponeses e camponesas, pequenos e médios agricultores e agricultoras, sem-terras, jovens e mulheres rurais, indígenas e povos originários, migrantes, trabalhadores e trabalhadoras agrícolas de quase todos os continentes (com exceção da Oceania). No *site* constam como suas principais bandeiras de luta: Soberania Alimentar; Agroecologia e Sementes Camponesas; Direitos dos Camponeses e Camponesas; Terra, Água e Territórios; Justiça Climática e Ambiental; Solidariedade com Trabalhadores Emigrantes e Assalariados; e Solidariedade Internacionalista. Aparecem como inimigos a serem enfrentados: Transnacionais e Agronegócio; Capitalismo Internacional e Livre Comércio; Patriarcado.

O debate sobre a agroecologia dentro da Via Campesina foi iniciado em 2006 durante o Fórum de Terra, Território e Dignidade, convocado pelo Comitê Internacional de Planejamento para Soberania Alimentar (CIP) em Porto Alegre, Brasil. Na ocasião, novas organizações se uniram à Via Campesina, compostas de africanos, povos indígenas, pescadores/as e pastores/as que estavam denunciando a nova onda de expropriações territoriais e megaprojetos que afetavam seus territórios. “A inclusão dessas novas visões amplia a visão da reforma agrária integral até o território, visto como o conjunto de

⁷ Disponível em: <https://viacampesina.org/es/>. Acesso em: maio de 2024.

terras, águas, biodiversidade, ar e as relações sociais dentro dele, incluindo cosmovisões, modos de vida e culturas” (LVC, 2017, p. 33, tradução nossa). Nesse contexto, a agroecologia desponta “não apenas como uma forma de produção, mas também como uma praxis de mudança: a construção da autonomia dos sistemas produtivos do modelo de produção e hegemônico” (LVC, 2017, p. 36, tradução nossa).

Em sua V Conferência Internacional, celebrada em 2008 em Maputo (Moçambique), a Via Campesina estabeleceu oficialmente um compromisso com a defesa da agroecologia, que já era adotada por vários de seus movimentos-membro. Foi criada a Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável para analisar a temática e preparar estratégias e planos de trabalho com esse enfoque. Nos anos seguintes, aconteceram encontros temáticos em todos os continentes, em que se debateu a elaboração coletiva desse conceito e a construção de uma visão comum a seu respeito.

Por sua vez, a FAO foi criada em 16 de outubro de 1945 como uma das agências das Nações Unidas, com o objetivo manifesto de liderar os esforços internacionais de erradicação da fome e da desnutrição. Atualmente, a FAO é composta de 194 Estados-Membros, mais a Comunidade Europeia, trabalhando em mais de 130 países em todo o mundo. Tem sua sede central em Roma (Itália), cinco escritórios regionais e 78 escritórios nacionais. A FAO se apresenta tanto como um fórum em que países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” reúnem-se para negociar acordos entre si, quanto como uma fonte de conhecimento técnico e informação para “auxiliar o desenvolvimento”⁸.

Segundo seu *site*⁹, seus objetivos estratégicos são: ajudar a eliminar a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição; tornar a agricultura, a silvicultura e a pesca mais produtivas e sustentáveis; reduzir a pobreza rural; promover sistemas agrícolas e alimentares inclusivos e eficientes; e aumentar a resiliência dos meios de subsistência diante de catástrofes. Em seus 75 anos de história, a FAO teve papel determinante na formulação de políticas agrícolas em todo o mundo, tendo sido, inclusive, um dos órgãos responsáveis pela disseminação

⁸ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fao/>. Acesso em: maio de 2024.

⁹ Disponível em: <https://www.fao.org/portugal/acerca-de/en/> Acesso em: maio de 2024.

da Revolução Verde. A FAO tem o importante papel de realizar a compilação de dados agropecuários e sobre a fome e desnutrição globais, e desde pelo menos a década de 1990 vem incorporando os valores da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento sustentável, em sintonia com os demais órgãos das Nações Unidas.

O professor e jurista belga Olivier de Shutter foi o Relator Especial sobre Direito à Alimentação da FAO entre 2008 e 2014, e o primeiro a advogar pela adoção da agroecologia como objetivo estratégico da FAO. Grande parte dos documentos oficiais e do conteúdo do *site* oficial da FAO sobre a agroecologia se alinham aos relatórios e análises de De Shutter, que por sua vez foram fundamentados “em uma grande variedade de contribuições recebidas de especialistas de todas as regiões, bem como em um seminário internacional de especialistas em agroecologia convocado pelo Relator Especial em Bruxelas, Bélgica em [...] 2010” (De Shutter, 2012, p. 13). Como fruto de seu trabalho, nesse mesmo ano a agroecologia se tornou uma diretriz oficial recomendada pela ONU para garantir o direito humano à alimentação. Posteriormente, sob o mandato da também jurista Hilal Elver, a FAO passou a promover uma série de simpósios e encontros regionais sobre agroecologia em todos os continentes, avaliando sua contribuição para erradicar a fome e a desnutrição e para a construção de sistemas alimentares sustentáveis, de modo a tecer recomendações para governos e empresas privadas.

Classe, ideologia, organização social e relação entre sociedade e natureza

Uma vez que a Ecologia Social identifica as relações de poder e de dominação e as formas de organização social como centrais para o entendimento dos conflitos ambientais, começaremos nossa análise pela categoria “classe social”, bem como pela relação estabelecida com o mercado e com o Estado capitalistas. A forma como cada entidade lida, ou não, com as classes sociais perpassa todos os documentos de ambas as instituições, mas aparece de modo mais evidente no diagnóstico que cada uma delas realiza a respeito dos problemas encontrados no sistema agroalimentar hegemônico.

Nos documentos da FAO não há qualquer referência a classes sociais, e muito menos a um possível conflito entre elas. Se há alguma diferenciação de classe, ela é entendida como a diferença entre faixas de renda e poder de consumo. As categorias utilizadas para referir-se às diferentes “partes interessadas” (*multistakeholders*) dos sistemas agroalimentares são: “agricultores familiares”, “pequenos produtores”, “grupos vulnerabilizados” “agricultores pobres”, “fornecedores”, “varejistas”, “consumidores”, “governos” e “empresas”/“setor privado”. A FAO considera que todas essas categorias podem coexistir harmonicamente sob o capitalismo, contanto que cheguem a um equilíbrio em que todos se beneficiem, por meio de um diálogo constante mediado pelo Estado e pelo mercado.

O setor agroindustrial é definido como resultante da integração entre compradores de *commodities*, empresas processadoras de alimentos e varejistas, que em seu conjunto são considerados fundamentais para garantir o direito à alimentação: “Sem eles, os produtores teriam apenas um acesso muito restrito aos mercados e as opções disponíveis para os consumidores seriam muito mais limitadas. O direito à alimentação é amplamente realizado por meio de mecanismos de mercado” (De Shutter, 2009, p. 3, tradução nossa).

As relações sociais sob o capitalismo são naturalizadas pela instituição, que considera todos os setores da cadeia agroalimentar como igualmente importantes: as grandes empresas são importantes por conectar produtores e consumidores, garantindo que os produtos cheguem mais longe e se valorizem pelas cadeias de beneficiamento e de distribuição. Estas empresas podem ser convencidas a assumir responsabilidades com os direitos fundamentais e com o desenvolvimento sustentável, adotando normas, códigos de conduta e certificações que beneficiem os consumidores e fornecedores de produtos. Os grandes produtores são considerados complementares aos pequenos, e ambos devem ter espaço para coexistir, desde que haja clareza sobre a função que cada um pode exercer para o benefício da sociedade.

[...] assim como vários sistemas alimentares devem ser combinados para melhorar a resiliência por meio de maior diversidade, diferentes formas de agricultura podem coexistir, cada uma cumprindo uma função diferente. O exemplo do Brasil sugere que as fazendas familiares podem ser apoiadas

mesmo nas proximidades de produtores agrícolas de grande escala e altamente competitivos e que essa coexistência pode ser viável, desde que o governo esteja ciente das diferentes funções que diferentes modelos agrícolas servem para cumprir, e adota uma abordagem equilibrada em relação a eles (De Shutter, 2014, p. 14).

Por sua vez, Estado e mercado são considerados instituições neutras, podendo exercer a função de elementos reguladores, que compensam desequilíbrios de poder ou desvios de rota que prejudicam determinados setores em detrimento de outros. São muitos os exemplos em que os documentos da FAO expressam a confiança de que as grandes empresas podem e devem agir para cooperar com pequenos produtores, como na passagem a seguir:

A responsabilidade de uma empresa de respeitar o direito à alimentação implica que ela não deve contribuir, direta ou indiretamente, para violações dos direitos humanos em seu relacionamento com os fornecedores. As empresas de agronegócio que operam globalmente devem usar sua influência sobre os fornecedores para garantir que os salários e as condições de trabalho sejam melhorados, em vez de degradados, como resultado da adesão de seus fornecedores às cadeias globais de valor (De Shutter, 2009, p. 10, tradução nossa).

Uma vez que tem a responsabilidade de zelar pelos direitos humanos, na visão da FAO o Estado deve favorecer e proteger os agricultores familiares e trabalhadores rurais, que são reconhecidos como os elos mais “vulneráveis” da cadeia. Já os consumidores (principalmente aqueles de países ricos) são considerados importantes porque por meio de escolhas conscientes podem mudar os rumos da produção: “O consumidor é o motor da qualidade dos alimentos e, em última análise, das práticas agrícolas aplicadas. As indústrias podem ser levadas à agroecologia pela necessidade de melhorar a imagem corporativa e em resposta à demanda dos consumidores” (FAO, 2015, p. 10, tradução nossa).

A FAO reconhece as mazelas do sistema agroalimentar atual (impactos socioambientais, declínio de produtividade, pobreza, desemprego/sub-emprego e êxodo rural, baixa qualidade nutricional dos alimentos, desequilíbrio nas relações de poder entre diferentes elos da cadeia

agroalimentar), mas não emite juízo sobre culpados ou vítimas (De Shutter, 2009). Seus documentos levam a crer que todos inadvertidamente erraram ao adotar a primeira Revolução Verde sem saber de suas consequências negativas, mas todos podem melhorar ao tomar consciência delas.

Os verbos utilizados nos documentos para se referir aos problemas encontrados no sistema de produção agroalimentar existente são reveladores desse posicionamento: “falharam”, “se esqueceram”, “não deram a devida atenção”, “foram obrigados a”, “viram-se presos”, “fracassaram”, e assim por diante, o que indica a crença de que pode haver boa vontade para que reformas sejam aplicadas onde se encontrem defeitos, desde que todos os atores “compreendam melhor” seus direitos e deveres em relação ao direito à alimentação (De Shutter, 2014).

Certamente, a FAO não considera que as mudanças sejam fáceis, reconhecendo que o sistema agroalimentar obedece a dinâmicas interdependentes em vários níveis. Mas subjaz a confiança de que ações coordenadas e intersetoriais em diferentes escalas poderão gradualmente transformar o sistema para melhor (De Shutter, 2009, 2012, 2014). Em seus relatórios, o Relator Especial sobre Direito à Alimentação refere-se a reformas paulatinas, que utilizem os mecanismos do Estado e do mercado para garantir o direito dos mais desfavorecidos, não considerando necessária uma reestruturação profunda do sistema como um todo, algo que transparece também nos demais documentos da instituição. Embora perceba-se a falta de implementação (tanto por parte da legislação quanto da fiscalização) das alternativas legais e dos códigos de conduta já existentes no direito nacional e internacional, a FAO e o Relator Especial seguem sugerindo novos marcos legais e “força de vontade política” por parte das empresas e dos Estados para seu devido cumprimento (De Shutter, 2009, 2012, 2014).

Nos documentos da Via Campesina, pelo contrário, há demarcação clara, não apenas de uma diferenciação entre classes sociais, mas também o reconhecimento da existência de interesses inconciliáveis que as colocam em antagonismo e confronto direto. A principal classe apresentada é a do “campesinato”, mas também há a demarcação de categorias como “povo”, “trabalhadores do campo”, “trabalhadores urbanos/da cidade”.

Essas categorias, que constituem a “classe dominada”, são consideradas exploradas e oprimidas pelo “capital agroindustrial”, “capital financeiro” ou apenas “capital/capitalistas”, “elites”, “agronegócio”, “classe dominante”. O campesinato não pode conviver pacificamente com o capital agroindustrial, por exemplo, pois em sua visão as ações deste último minam por completo as condições de vida do primeiro.

As grandes empresas estão tentando destruir o modelo camponês, transformando os camponeses em moradores de favelas ou trabalhadores de suas plantações e consumidores de seus alimentos industriais. [...] Isso gera enormes lucros para as corporações e a desapropriação e o deslocamento forçado de pessoas, em condições cada vez piores, de suas próprias terras e territórios, com o uso de forças policiais, militares, paramilitares e de segurança privada, que assassinam camponeses, destroem suas comunidades e criam um ambiente de medo e repressão (LVC, 2013, p. 15, tradução nossa).

Os problemas enfrentados pelo campesinato e pelo povo de forma geral são considerados o resultado direto do modelo de produção e consumo imposto por empresas multinacionais, elites agroindustriais, tratados de livre comércio e, estruturalmente, pelo próprio capitalismo com sua lógica de lucro e de acumulação privada (LVC, 2013, 2017).

Denunciamos o modo de produção capitalista e suas expressões de dominação, como o agronegócio e a exploração minerária, com sua grilagem e concentração de terras e águas, o despejo e a criminalização de organizações e de famílias camponesas e indígenas, a superexploração da força de trabalho e dos bens naturais, a imposição de um modelo de produção baseado na monocultura, na redução da biodiversidade, no uso de agrotóxicos, de transgênicos e no patenteamento do patrimônio cultural dos povos (sementes, conhecimentos, tecnologias e práticas) (LVC, 2013, p. 47, tradução nossa).

Há, no caso da Via Campesina, o apontamento de culpados, pois explicita-se a intencionalidade de políticas e mecanismos de mercado que enriquecem as classes dominantes por meio da degradação das condições de vida das classes dominadas. Isso se expressa por meio do uso de verbos e palavras para se referir a empresas, governos ou à Revolução Verde, como “atacam”, “se apropriam”,

“impõem”, “destroem”, “forçam”, “obrigam”, “assassinam”, “criminalizam”, “geram medo e repressão, miséria e violência”, “exploram”, e assim por diante. Por sua vez, o Estado é apresentado como aliado das elites e das multinacionais do agronegócio, podendo tomar parte dos menos favorecidos somente se houver uma pressão ativa dos movimentos sociais, que “desde abaixo” possa mudar a correlação de forças e transformar a natureza do Estado para que sirva ao povo, e não às elites.

O Estado tem a tarefa de promover políticas públicas, mas não podemos esperar que os Estados assumam essa tarefa, porque isso não é mais do interesse das elites. É por isso que a luta agrária é uma luta de classes. Temos que fazer uma reforma agrária para conseguir uma correlação de forças que nos permita transformar a natureza do Estado, para que ele assuma seu papel na reforma agrária: organizar a assistência técnica, os créditos, a logística de armazenamento e distribuição, entre outros (LVC, 2017, p. 39).

Nessa primeira comparação, já podemos identificar diferenças ideológicas substanciais entre as duas organizações. Identificamos que a FAO partilha pressupostos da democracia liberal capitalista, enquanto a Via Campesina expressa alinhamento com correntes anti-capitalistas e anti-liberais, conforme argumentaremos a seguir.

Adam Przeworski (1988) realiza um estudo sobre a trajetória histórica da social-democracia desde seu surgimento socialista até sua integração ao capitalismo. Ele afirma que um traço característico da democracia liberal é a “individualização das relações de classe ao nível de processo político e ideologia” (Przeworski, 1988, p. 48). As pessoas são classificadas como “indivíduos” ou “cidadãos”, independentemente de serem capitalistas ou assalariadas dentro do sistema de produção. Há uma desenfatisação do conflito de classe, uma vez que, sob o capitalismo, o universalismo é a ideologia natural da burguesia, que, enquanto classe, apresenta-se como condutora dos interesses universais da sociedade. Por sua vez, “O parlamento seria o fórum de deliberação racional em busca do bem geral [...]. O processo político deveria permanecer acima das divisões econômicas da sociedade” (Przeworski, 1988, p. 56).

Nesse sentido, a política é “definida na dimensão indivíduo-nação, e não em termos de classe”, e as pessoas “comportam-se politicamente com base em afinidades religiosas, étnicas, regionais ou outras” (Przeworski, 1988, p. 63). Podemos observar na FAO, por exemplo, a enunciação da defesa de uma aliança entre “produtores” e “consumidores”, independentemente de tratar-se de um consumidor trabalhador ou capitalista; um produtor camponês ou latifundiário. Essa concepção não classista da política reforça, por sua vez, “a visão da política como um processo de estabelecimento do bem-estar coletivo, de ‘todos os membros da sociedade’” (Przeworski, 1988, p. 63), sem distinções de qualquer natureza. Estaria aqui também a justificativa para que a FAO considere factível uma conciliação entre “todas as partes interessadas” a partir de um “bem comum” genérico e universalizável.

Outra similaridade aparece na medida em que a FAO, em sintonia com a democracia liberal, “assume que o mercado capitalista é uma forma natural de atividade econômica; aceita-se o mercado existente e suas leis tal como são” (Przeworski, 1988, p. 74). Por sua vez, o Estado pode regulá-lo, bem como as escolhas dos consumidores e cidadãos:

A essência da social-democracia contemporânea é a convicção de que o mercado pode ser direcionado para alocar aqueles bens, públicos ou privados, que são preferidos pelos cidadãos e que, ao racionalizar gradativamente a economia, o estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do público sem alterar o *status* jurídico da propriedade privada (Przeworski, 1988, p. 75).

A FAO reconhece que os modelos atuais de mercado não são compatíveis com a produção agroecológica. Porém, suas propostas apostam em redirecionar os mecanismos do mercado para que este se encarregue de ampliá-la. Em vez de transformar a lógica de acumulação, a FAO propõe que os pequenos produtores devem receber incentivos para acessar mercados, tornarem-se mais competitivos e aumentar a agregação de valor de seus produtos, em parceria com o setor privado, o poder estatal e os consumidores conscientes das cidades (que também devem ser educados para valorizar e optar pela produção local e agroecológica). As propostas passam pelo incentivo à compra direta, compras públicas e cooperativas, esquemas de certificação

e de recompensa social, pagamento por serviços ambientais/ecossistêmicos, e regras comerciais que ajudem a internalizar os custos ambientais da agricultura (De Shutter, 2012, 2014; FAO, 2015, 2018a, 2018b).

A democracia liberal busca conjugar os interesses da classe trabalhadora com os interesses dos capitalistas, melhorando suas condições de vida na medida em que as melhorias favoreçam o consumo, a produtividade e resultem em maiores lucros. É possível identificar essa mesma intenção em diversas passagens dos relatórios da FAO. A geração de empregos e o desenvolvimento rural derivados da adoção da agroecologia são considerados fundamentais para ampliar a capacidade de consumo, fortalecer as economias locais e outros setores industriais a partir de efeitos multiplicadores (De Shutter, 2012, p. 15).

Por outro lado, a expectativa de que o Estado – ou sua projeção internacional incorporada pela FAO e demais órgãos das Nações Unidas – mitigará os efeitos nocivos da acumulação reatualiza aquilo que Armando Boito Junior (1991) chama de ideologia pequeno-burguesa do “culto do Estado protetor”. Tal ideologia pode ser resumida como a “expectativa de que o Estado tome a iniciativa de proteger, independentemente da correlação política de forças vigente num momento dado, os trabalhadores da ação dos capitalistas” (Boito Junior, 1991, p. 70).

Essa ideologia penetra entre os setores populares, que podem identificar-se com o aparelho de Estado burguês, concebendo a política protetora “como resultado da vontade livre e soberana do próprio Estado, e justamente, esperam que o Estado independentemente da luta popular organizada, venha em socorro do povo” (Boito Junior, 1991, p. 70). Esse “fetiche de Estado” (em suas palavras) corresponderia a um estatismo de conteúdo reformista, presente na ideia de que somente faltariam aos governos e às empresas tomar consciência dos malefícios que estão causando, para que modifiquem sua orientação política. Tal ideologia resulta em uma secundarização de formas de auto-organização populares e autônomas. As formas de organização social e de poder centralizadoras e hierárquicas/verticalizadas são consideradas não apenas naturais, mas desejáveis e imprescindíveis para o bem-estar geral.

Do lado da Via Campesina, ocorre o oposto. As relações sociais sob o capitalismo são profundamente questionadas, por meio de um posicionamento classista. A defesa da agroecologia é construída de maneira indissociável da reforma agrária integral e popular¹⁰, e da soberania alimentar¹¹. Por mais que seu discurso também construa a ideia de que estas três propostas beneficiariam “toda a sociedade”, esse benefício pressupõe a exclusão do agronegócio e demais capitalistas, que são acusados de apropriar-se dos recursos da maior parte da sociedade. Assim, a noção de “toda a sociedade” está associada à noção de “todo o povo”, uma vez ausentes os capitalistas.

Em diversas passagens dos documentos da Via Campesina há referência à necessidade de uma “aliança de classes”, entre os trabalhadores do campo e da cidade (LVC, 2017). Por mais que sejam separadas pela entidade como classes sociais distintas, ambas as categorias expressam a noção de aliança dos povos em oposição às elites dominantes. Poderíamos dizer que, em oposição à ideia da política centrada na dimensão “indivíduo-nação”, aparece aqui a política centrada na dimensão de “Povo-Nação”, categoria aglutinadora das lutas anticapitalistas e antiglobalização surgidas nos anos 2000 e que Ferreira (2016) caracterizará como “populistas”:

[...] estamos usando o termo populismo tomando como modelo o populismo russo, que no século XIX foi um movimento político-cultural de crítica do absolutismo e do capitalismo ocidental. O populismo russo, influenciado a princípio pelas ideias liberais, acabou incorporando em seu interior ideias do anarquismo e marxismo, realizando hibridações e misturas e apelando ao elemento popular-nacional (o camponês) como o principal sujeito (Ferreira, 2016, p. 12).

Este encontro “entre tradições teóricas e/ou organizativas mundiais com interpretações locais passam a formar saberes críticos do capitalismo

¹⁰ A reforma agrária integral defendida pela Via Campesina mira não só a redistribuição da terra, mas também o controle efetivo de territórios e recursos naturais existentes por parte dos camponeses, de modo a impedir reapropriações, arrendamentos ou esquemas de integração vertical.

¹¹ Enquanto a Segurança Alimentar diz respeito somente à garantia de calorias suficientes para a alimentação de todas as pessoas (não importando sob qual modo ou relações de produção), a Soberania Alimentar defendida pela Via Campesina questiona o modelo de produção e de distribuição de alimentos sob controle das grandes corporações: “A soberania alimentar é o direito das pessoas a uma alimentação saudável, com respeito às culturas produzidas com métodos sustentáveis e ecologicamente corretos, bem como o direito de definir seu próprio sistema alimentar e agrícola.” (LVC, 2013, p. 50, tradução nossa).

e a desenvolver práticas de resistência heterogêneas centrados na ideia do Povo-Nação” (Ferreira, 2016, p. 29), que modificam as ideias e estratégias dessas tradições. O autor está se referindo às insurgências anticapitalistas que emergiram em resposta a um ciclo mundial de ofensivas capitalistas paralelamente a uma crise do Estado (de sua representatividade, legitimidade e autoridade), expressas pelas revoltas das periferias francesas (2005), depois da Grécia (2007-2008), Turquia (2011), Espanha e Chile (2012), Brasil (2013) e México (2014), bem como pelas revoltas camponesas e indígenas no final do século XX e início do XXI (México 1994, Equador 1998-1999, Bolívia 1999-2000 e 2003-2005). “Pontos em comum de todas essas resistências foram a luta contra os efeitos do neoliberalismo, o questionamento do papel do Estado no processo de emancipação social e a busca por formas horizontais de organização” (Ferreira, 2016, p. 9).

Por suas origens, percebe-se que a Via Campesina bebe deste caldo político e partilha desses pontos em comum, realizando uma hibridação entre teorias anticapitalistas e socialistas (principalmente marxistas) com reinterpretações locais. Certas correntes do marxismo podem ser observadas na noção de que o Estado teria uma dimensão positiva que precisaria ser recuperada em prol da classe trabalhadora (expressa pela ideia de “tomar o poder estatal” para conduzir de maneira centralizada a emancipação dos explorados). Ao mesmo tempo, podemos identificar a defesa de conceitos difusamente anarquistas como os de autonomia, ação direta, descentralização, entre outros. A máxima do internacionalismo proletário, de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, é muitas vezes reafirmada quando o campesinato dentro da Via Campesina afirma representar a si mesmo, sem a intermediação de ONGs, partidos, empresas ou do próprio Estado (LVC, 2013; Vieira, 2008). Sua concepção de autonomia¹² passa por defender a construção, por si, de seus próprios instrumentos de organização, gestão e reprodução da vida, coletivamente.

¹² Há um extenso debate a respeito dos diferentes significados sobre “autonomia” e a centralidade que o conceito ganhou nas mais diversas lutas sociais latino-americanas, principalmente a partir dos anos 1990 e 2000, influenciada em grande parte pela crise do modelo social-democrata, a emergência de movimentos indígenas organizados e insurgências políticas já mencionadas (Burguete, 2010; Ferreira, 2016; González; Burguete, 2010; Velázquez, 2016). Infelizmente aqui não há espaço para estender a discussão sobre este tema, de modo que nos deteremos somente nas concepções de “autonomia” que são expressas pela própria Via Campesina e intelectuais que dialogam com ela.

Diferentemente da ideologia abstrata do “culto do Estado protetor”, a Via Campesina percebe, a partir da experiência de seus membros camponeses, o posicionamento estatal enquanto aliado das elites. Em um de seus documentos (2017), descreve que em 2006 as demandas dos movimentos organizados em torno da Via Campesina eram voltadas majoritariamente ao Estado, por enxergarem oportunidades abertas com o ciclo de governos progressistas em diversos países. Porém, em 2011, os mesmos movimentos apontaram os Estados como atores-chave para o aprofundamento do capitalismo. Constatavam que os governos progressistas abandonaram a pauta da reforma agrária e ampliaram as áreas de monocultivo, mineração e latifúndio. “Consequentemente, sem descartar a necessidade de influenciar as políticas nacionais e transnacionais, discute-se como as organizações podem ser autônomas” (LVC, 2017, p. 37, tradução nossa), ou seja, mais independentes em termos de organização política, atuação e liberdade de crítica diante dos governos e Estados Nacionais.

Essa mudança de perspectiva em relação ao ciclo de governos progressistas é derivada da experiência histórica e concreta, assim como viria da necessidade concreta uma “tradição camponesa” regida pelo “princípio da autonomia”. Segundo Rosset e Martínez-Torres (2013), a autonomia camponesa, ainda que sempre relativa, já é exercida cotidianamente e é a própria condição para a permanência de famílias no campo contra as forças do agronegócio. Aqui, a autonomia está relacionada à independência no âmbito da organização produtiva, derivada de um esforço coletivo que permite ao campesinato não sucumbir às pressões pela integração subordinada ao mercado capitalista ou ao abandono de suas terras. Partindo dessa concepção, a agroecologia é percebida como ferramenta que potencializaria a autonomia, ajudando a manter os territórios camponeses sob controle comunitário, e não subjugados por relações de produção de dependência e exploração verticalizadas.

Igualmente, a potência da auto-organização é demonstrada na prática na comparação entre a efetividade da ampliação da escala da agroecologia por meio da metodologia “Campesino a Campesino” (CaC)¹³ *versus* programas de

¹³ O CaC nasceu no início dos anos 1970 na Guatemala, e consistia na promoção de visitas recíprocas entre camponeses para troca de experiências sobre agricultura e técnicas ecológicas de cultivo. A metodologia utilizada nesses intercâmbios mesclava a tradição do trabalho compartilhado; as práticas pedagógicas populares horizontais

extensão rural estatais ou de ONGs de desenvolvimento que estão limitados pela possibilidade de contratação de técnicos:

Os movimentos sociais incorporam um grande número de pessoas – nesse caso, um grande número de famílias de agricultores – em processos autogerenciados que podem aumentar drasticamente a taxa de inovação, expansão e adoção de inovações. [...] Os métodos em que os extensionistas ou agrônomos são os principais atores (sujeitos ativos) e os agricultores são passivos são, na melhor das hipóteses, limitados ao número de famílias agrícolas que um técnico pode atender (Rosset; Martínez-Torres, 2013, p. 10).

Tudo isso leva à convicção de que o campesinato organizado na Via Campesina tem plena capacidade para a auto-organização e deve buscar ativamente construir formas de descentralização do poder e emancipação – ainda que esta convicção coexista, de modo ambíguo, com a opção política pela disputa por instrumentos normativos no âmbito do Estado e de organismos como a FAO. Em diversos momentos, a Via Campesina opta por negociar e colaborar com determinados governos, ONGs e organismos multilaterais, o que demonstra que a união de teorias anticapitalistas com práticas locais de luta são variadas e carregam certa ambiguidade dentro dos movimentos que compõem a articulação. Junto à percepção de que o Estado é ator-chave para o aprofundamento do capitalismo, permanece a expectativa de que o mesmo Estado possa ser “recuperado” para estar à serviço do povo, a depender da força dos movimentos sociais organizados.

Outro aspecto importante na Ecologia Social diz respeito à relação estabelecida entre humanidade e natureza. Tanto Bakunin (2014) quanto Bookchin (1999, 2010) demonstram a continuidade existente entre natureza, humanidade e sociedade, de modo que as técnicas de dominação/emancipação e de centralização/descentralização do poder na sociedade refletem-se em técnicas de dominação/emancipação sobre a natureza.

Os documentos da FAO deixam claro que a natureza é considerada um recurso natural essencial para as relações de produção, e que por isso deve

e freirianas de “ação-reflexão-ação”; a educação popular latino-americana; a teologia da libertação; e elementos da cultura indígena a que as comunidades pertenciam. Esse método foi amplamente utilizado em vários países da América Latina.

ser preservada. A lógica da gestão empresarial é projetada sobre o meio ambiente, na medida em que ele é considerado um “capital natural”, que provê “serviços ecossistêmicos” e que deve ser gerido de forma eficiente e racional, sem desperdícios que comprometam as taxas de produtividade. Grande parte de cada documento dedica-se a apresentar dados das mais diversas experiências ao redor do mundo para comprovar ganhos de produtividade, eficiência e sustentabilidade com a adoção de práticas agroecológicas. As mudanças climáticas e a degradação ambiental são apresentadas como fenômeno derivado de uma má gestão do passado, e consideradas hoje inevitáveis. Desse modo, a agroecologia aparece como “mais bem equipada para suportar esses fenômenos” (De Schutter, 2012, p. 24, tradução nossa):

Ela contribui para atenuar as mudanças climáticas, tanto por aumentar os sumidouros de carbono na matéria orgânica do solo quanto na biomassa da superfície do solo e por evitar emissões de dióxido de carbono ou de outros gases do efeito estufa pelas propriedades agrícolas pela redução do uso direto e indireto de energia (De Schutter, 2012, p. 24, tradução nossa).

É possível perceber em todos os documentos uma visão utilitarista, mercantil e quantitativista da natureza, que preza pela otimização de recursos, o que por sua vez favorece a reprodução da acumulação de capital (FAO, 2015, 2018a, 2018b). Não são colocadas em questão as relações de produção e de dominação, as hierarquias ou a lógica de acumulação na relação entre a sociedade e a natureza. A biodiversidade é considerada um “ativo”, assim como os conhecimentos dos agricultores e a agrobiodiversidade (De Shutter, 2012; FAO, 2015). Novamente, Przeworski nos auxilia a compreender essa visão de maneira precisa, ainda nos marcos da democracia liberal:

A intervenção do estado na economia deve ser guiada pelos critérios de eficiência, que são muito distintos de um interesse pela justiça. [...] Assim a política social dos social-democratas consiste, geralmente, em mitigar os efeitos da distribuição dos recursos, guiada pelo critério da eficiência. Esta política não visa transformar o sistema econômico, mas sim corrigir os efeitos de sua operação [...] a mitigação não se converte em transformação: de fato, sem transformação o ato de mitigar se perpetua (Przeworski, 1988, p. 75-76).

Se a FAO está interessada em mitigar os efeitos de práticas ambientalmente nocivas, não vê necessidade de eliminar o modo de produção capitalista, mas sim de aprimorá-lo com base em critérios de eficiência e gerenciamento racional de recursos.

Foi sugerido que a solução para esse problema [solos degradados] está na integração dos serviços ecossistêmicos (serviços de fornecimento, regulação, culturais e de apoio) à agricultura por meio de técnicas agroecológicas, aumentando assim a produtividade agrícola diante da disponibilidade cada vez menor de recursos naturais, das mudanças climáticas e da volatilidade do mercado (FAO, 2016b, p. 9).

No primeiro Simpósio Internacional sobre Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutrição, celebrado em Roma em setembro de 2014, o então o Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, destacou que

Hoje, o paradigma da Revolução Verde está mostrando fraquezas e, por essa razão, estamos buscando novas alternativas. [...] A agroecologia representa uma opção promissora e é uma possibilidade entre outras (como os OGMs e a redução do uso de produtos químicos) (FAO, 2015, p. 1, tradução nossa).

Algo que parece tão contraditório como a equiparação da agroecologia com os transgênicos deixa de ser sob esta visão de mundo. Afinal, não há razão para não colocar a agroecologia ao lado de alternativas consideradas igualmente eficientes para a *contenção* de danos ambientais, em sintonia com o modelo produtivo da segunda etapa da Revolução Verde descrito na introdução deste artigo.

A mudança de sistemas de cultivo “prontos para uso” [ready-to-use] para “personalizados” [custom-made] coloca os produtores no centro dos sistemas locais de inovação, para combinar tecnologias e conhecimento tradicional” (FAO, 2015, p. 2, tradução nossa).

Nos documentos da FAO, há diversas passagens associando a agroecologia ao mercado de carbono, a agricultura de conservação, a intensificação ecológica, as biotecnologias e a diminuição de insumos, práticas já adotadas por parte de agronegócio “sustentável”. Na medida em que não há conflitos de classes, todas

as propostas ditas ecológicas são bem-vindas em nome do amortecimento de efeitos ambientais nocivos à sociedade “como um todo”. A humanidade segue não só separada, mas em posição de domínio sobre a natureza, ao continuar projetando sobre ela as mesmas necessidades de acumulação, que são alheias à lógica de funcionamento dos ciclos naturais.

Já para a Via Campesina, o significado atribuído ao meio ambiente pelo campesinato transcende em muito a noção de “recurso natural”. Em sintonia estratégica com outras correntes de ativismo ambientalista, constrói-se a imagem de que os/as camponeses/as mantêm uma relação de respeito e de identificação profunda e de reverência à “Mãe Terra”, baseada nos princípios de reciprocidade, solidariedade, e coletividade, que regeriam o trabalho no campo (LVC, 2017).

Ao longo de sua história, o campesinato tem mantido um equilíbrio na relação entre os seres humanos e seu meio ambiente, ao mesmo tempo em que garante a capacidade de produzir alimentos para todos [...]. Na negação de uma relação de exploração da natureza e dos seres humanos, os camponeses mantêm uma harmonia, um respeito pela vida e relações de solidariedade [...] (LVC, 2013, p. 49, tradução livre).

Nos documentos aparece com frequência a associação dos sujeitos “camponês/camponesa” e “pequenos agricultores” como legítimos detentores, criadores, defensores e beneficiários da agroecologia, uma vez que historicamente teriam sido os responsáveis por manter a sustentabilidade dos agroecossistemas. Em suas análises, a Via Campesina frequentemente afirma que a agricultura camponesa é a verdadeira responsável pela alimentação das pessoas em todo o mundo, apesar de ter muito menos recursos à sua disposição do que a agricultura industrial.

A agricultura camponesa não é a “alternativa”. É o modelo de produção por meio do qual o mundo tem se alimentado há milhares de anos e continua sendo o modelo dominante de produção de alimentos. Mais da metade da população trabalha no setor agrícola camponês, e a grande maioria da população mundial depende da produção de alimentos da agricultura camponesa (LVC, 2013, p. 9).

Nesse sentido, a agroecologia é defendida como “um modelo de vida”, em contraposição ao “modelo de morte” representado pelo agronegócio. Mais do que um modo de produção, a agroecologia representa para a organização um modo de vida associado ao vínculo dos “povos” com suas terras e territórios (LVC, 2013).

A Via Campesina é também enfática ao denunciar o que chama de “capitalismo verde”, defendendo que a agroecologia não tem sentido se aplicada de acordo com lógicas de organização social ou laboral verticais, concentradoras, hierárquicas, racistas ou patriarcais (LVC, 2013). Portanto, a conciliação entre todas as distintas propostas “ecológicas” é considerada impossível, pois, além de representarem interesses de classe antagônicos entre si, correspondem a diferentes lógicas de relacionamento com a natureza. As soluções da economia verde são consideradas “falsas”, justamente por não tocarem a estrutura do modelo de dependência, exploração e concentração de recursos. Para a Via Campesina, a ideia de que os mecanismos de mercado resolverão a questão ambiental não só está equivocada, mas representa uma ameaça à agricultura camponesa, pois leva à crescente mercantilização e apropriação privada da natureza (como no caso do REDD+ ou do mercado de carbono) (LVC, 2013, 2017). A Via Campesina denuncia que ao ser associada a propostas do “capitalismo verde”, a agroecologia estaria sendo “cooptada”.

Segue uma síntese sobre a visão de cada uma das organizações das categorias analisadas:

	FAO	Via Campesina
Classes sociais	Classes relacionadas à diferença entre faixas de renda e poder de consumo. Não há antagonismo. Coexistência pacífica e potencial de cooperação mútua, interesses conciliáveis.	Classes relacionadas a relações estruturais de poder e dominação. Há antagonismo entre as classes sociais. Coexistência conflituosa e impossibilidade de cooperação, interesses inconciliáveis.
Estado	Instituição neutra, reguladora de condutas. Necessidade de ações coordenadas e intersetoriais para transformar o sistema agroalimentar em algo mais justo para todos.	Estado é aliado das classes dominantes. Necessário transformar a natureza do Estado por meio da pressão ativa de movimentos sociais, para que este passe a atuar em favor das classes dominadas.
Mercado capitalista	Instituição neutra, reguladora de condutas. O direito à alimentação e a mitigação das desigualdades econômicas podem ser realizados por meio de mecanismos de mercado.	Modelo de produção e consumo sob lógica de lucro e acumulação privada é a raiz dos problemas dos sistemas agroalimentares. Mecanismos de mercado favorecem as classes dominantes em detrimento das classes dominadas.

	FAO	Via Campesina
Natureza	Lógica de gestão empresarial é projetada sobre a natureza (utilitarismo).	Lógica de organização comunitária camponesa é projetada sobre a natureza (reciprocidade).
Organização social	Naturalização e valorização de formas de organização social e de poder centralizadoras e hierárquicas/verticalizadas.	Busca por formas de auto-organização, autonomia camponesa e descentralização do poder como condição de existência do campesinato.
Ideologia	Democracia liberal capitalista. Política definida na dimensão indivíduo-nação. Culto do Estado protetor. Estatismo reformista.	Hibridação entre ideologias anticapitalistas e socialistas com reinterpretações locais. Política definida na dimensão povo-nação. Ambiguidade nas disputas e negociações com o Estado.

Dito isto, podemos compreender com mais clareza as diferenças fundamentais presentes nas concepções de agroecologia de cada uma dessas organizações. Uma vez que a Via Campesina considera o capitalismo como origem da Revolução Verde e das diversas crises dela decorrentes, preconiza uma transformação radical da sociedade para a construção de novas relações sociais e novas forças produtivas da natureza e do trabalho humano, em que não haja propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, e sem qualquer forma de opressão e exploração. De acordo com sua ideologia, a agroecologia é sinônimo de uma ferramenta que, aliada à reforma agrária integral e à soberania alimentar, deve levar à transformação revolucionária da sociedade (LVC, 2013, 2017).

Acreditamos na agroecologia como ferramenta para a construção de outra forma de produzir e reproduzir a vida. Ela é parte de um projeto socialista, uma aliança entre trabalhadores e organizações populares do campo e da cidade. Ela deve promover o desenvolvimento integral dos trabalhadores, camponeses, indígenas e afrodescendentes. É impossível a coexistência da agroecologia dentro dos marcos do sistema capitalista (LVC, 2013, p. 47-48, tradução nossa).

Tal ferramenta estabelece ligação umbilical com a classe dominada, aqui centrada na ideia de povo e principalmente de campesinato. A agroecologia é também considerada sinônimo de agricultura camponesa, portanto uma ferramenta não só de luta, mas também de produção e de reprodução de um modo de vida, elemento endógeno, criado e mantido pela classe camponesa e colocada à serviço da humanidade (LVC, 2013). Aqui a

dimensão social da agroecologia relaciona-se com a construção da autonomia e com a territorialização do campesinato em contraposição à territorialização do agronegócio, por meio da construção de relações sociais baseadas na cooperação, na reciprocidade e na solidariedade, em consonância com a relação estabelecida com a natureza. Para a Via Campesina, a agroecologia é, portanto, uma forma de reconectar seres humanos e natureza ao favorecer a integração aos ciclos naturais por meio da construção de outras relações sociais e de outras necessidades, diferentes daquelas da sociedade capitalista.

De maneira distinta, a FAO, em sintonia com o grau de transformação almejado e com seu conteúdo ideológico, caracteriza a agroecologia como “um meio de desenvolvimento agrícola” (De Schutter, 2012, p. 14) que “fornece uma abordagem orientada à ação para o desenvolvimento simultâneo de sistemas alimentares alternativos, ao mesmo tempo em que transforma o modelo industrial atual” (FAO, 2015, p. 11, tradução nossa). Dentro dos marcos da democracia liberal, a agroecologia é uma ferramenta de redução da desigualdade, equilíbrio de relações de poder, geração de emprego e de renda, melhoria da educação rural e da nutrição/saúde, e desenvolvimento rural (FAO, 2015, 2016b).

Caracterizada como uma solução “ganha-ganha, que pode fechar tanto as lacunas de rendimento quanto as ambientais” (FAO, 2015, p. 4), “a agroecologia também tem uma dimensão social, o que a torna diferente de algumas outras formas de ‘agricultura sustentável’: a agroecologia busca reduzir a desigualdade e fortalecer as redes de segurança social.” (FAO, 2016b, p. 9, tradução nossa). Preenche, assim, as principais lacunas da Revolução Verde clássica (De Shutter, 2012, 2014).

Como na visão da FAO não existem antagonismos de classe, tal solução é desenvolvida por e para toda a sociedade, não sendo associada a nenhum setor em particular. Há apenas a indicação de que os agricultores familiares mais vulneráveis podem tirar mais benefícios de sua adoção, uma vez que, por meio dela, poderiam conseguir ascensão social, mudança de *status* e agregação de valor a seus produtos¹⁴. Mesmo assim, tanto pequenos quanto

¹⁴ “A agricultura precisa ser mais lucrativa e o *status* social dos agricultores, especialmente no que diz respeito aos jovens e às mulheres, precisa melhorar, o que pode ser alcançado por meio de abordagens agroecológicas” (FAO, 2015, p. 4, tradução nossa).

grandes produtores podem e devem adotá-la, principalmente por seus benefícios ambientais e nutricionais, que afetam produtores e consumidores de maneira geral: “Embora seja mais fácil de implementar em fazendas de menor porte, as técnicas agroecológicas podem ser disseminadas em larga escala e também devem inspirar reformas no funcionamento de grandes unidades de produção” (De Shutter, 2014, p. 10). Por não se associar a nenhuma classe específica, a agroecologia é definida como produto da neutralidade científica¹⁵:

A agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Ela foi criada pela convergência de duas disciplinas científicas: agronomia e ecologia. Como uma ciência, a agroecologia é a “aplicação da ciência ecológica ao estudo, projeto e gestão de agroecossistemas sustentáveis”. Como um conjunto de práticas agrícolas, a agroecologia busca maneiras de aperfeiçoar os sistemas agrícolas imitando os processos naturais, criando, portanto, interações biológicas benéficas e sinergias entre os componentes do agroecossistema (De Schutter, 2012, p. 17).

Tal ciência não deixa, de todo modo, de se beneficiar dos importantes *insights* dos agricultores que a praticam em seus lotes (De Shutter, 2012). Aqui, percebemos uma diferença aparentemente sutil, mas fundamental. Enquanto para a Via Campesina a agroecologia é essencialmente formada pelo conhecimento camponês, que pode e deve beneficiar-se de conhecimento científico aliado, para a FAO a agroecologia é um conhecimento científico, que pode e deve se beneficiar do conhecimento camponês (De Shutter, 2012; FAO, 2015, 2018a, 2018b).

Isso se desdobra na diferença de ênfase em relação à disseminação da agroecologia. Enquanto para a Via Campesina os movimentos auto-organizados de disseminação como o Camponês a Camponês são o instrumento central, para a FAO a extensão rural estatal ou privada, ainda que baseada em metodologias participativas, é central (FAO, 2015, 2018a, 2018b). Se as duas organizações falam de “métodos horizontais” e de “diálogo de saberes”,

¹⁵ A preocupação com a “neutralidade” da agroecologia é patente na seguinte passagem: “O Simpósio [Internacional sobre Agroecologia para Segurança Alimentar e Nutricional] foi de natureza científica e técnica, com um Segmento de Alto Nível na tarde do segundo dia. No geral, o Simpósio pode ser considerado um evento muito bem-sucedido, durante o qual a FAO assumiu a responsabilidade de oferecer um fórum neutro para discussão” (FAO, 2015, p. 1, tradução nossa).

o sentido de sua aplicação se inverte. Enquanto a FAO destaca que a agroecologia necessita de técnicos especializados para ajudar a capacitar os agricultores em seus lotes (ainda que precisem considerar o conhecimento dos agricultores como um “ativo” que deve ser mais bem explorado para disseminação de boas práticas agrícolas); a Via Campesina destaca que os técnicos precisam valorizar em pé de igualdade as formas de organizações camponesas e potencializar processos autônomos de construção do conhecimento, tornando-se eles mesmos engajados na luta popular mais ampla (LVC, 2013).

A mesma inversão de ênfase está presente no desenho de propostas de políticas públicas. Para a FAO, as políticas de agroecologia devem conciliar os interesses de “todas as partes interessadas” de forma participativa, tornando-se, assim, mais legítimas¹⁶ e melhor gerenciadas (De Shutter, 2012; FAO, 2015, 2016b). Para a Via Campesina, o campesinato deve participar de todo o processo, desde a elaboração, implementação e gestão das políticas públicas em seus territórios (LVC, 2013). As duas organizações falam em um processo de construção “de baixo para cima”, mas novamente com ênfases invertidas. Em um caso, o campesinato *participa* das propostas elaboradas *pelo Estado e outras partes interessadas*, em benefício de *todos*. Em outro caso, o campesinato *elabora e apresenta* suas próprias propostas ao Estado, de políticas pensadas *por e para o campesinato/povo em geral*.

Daí também resulta que, para a FAO, o Estado e os organismos multilaterais são fundamentais e devem *liderar* o caminho da disseminação da agroecologia (FAO, 2016b; 2018), considerando, em suas palavras, que a estrutura vertical de ampliação da agroecologia é “tanto condição quanto condutora da ampliação horizontal” (De Shutter, 2012, p. 27); enquanto que para a Via Campesina, os camponeses é que devem liderar esse caminho, e o Estado e os organismos multilaterais devem ser pressionados de baixo para cima para que favoreçam a agroecologia e a soberania alimentar em prol do campesinato e de todo o povo.

Se para a FAO ampliar a escala da agroecologia pressupõe sua adoção tanto em pequenas quanto em grandes propriedades latifundiárias (prescindindo de uma

¹⁶ “A construção conjunta é a chave para a realização do direito à alimentação. Em primeiro lugar, ela permite que as autoridades públicas se beneficiem da experiência e *insights* dos agricultores. [...] as políticas que são planejadas conjuntamente com agricultores têm um alto grau de legitimidade e, portanto, favorecem o melhor planejamento do investimento e produção e a melhor aceitação por outros agricultores (De Schutter, 2012, p. 29).

reforma agrária); para a Via Campesina, ampliar a escala da agroecologia significa sua adoção por muitas famílias em pequenas propriedades, que em conjunto constituam amplos territórios (o que pressupõe uma reforma agrária integral).

Outra diferença de ênfase se observa na questão das mulheres, que é defendida como pauta essencial das duas organizações. Se, para a Via Campesina, as mulheres são centrais devido a seu papel ativo nas lutas e no campo, além de guardiãs de sementes camponesas essenciais para a soberania alimentar (LVC, 2013), para a FAO “as mulheres são vitais para as soluções para uma melhor nutrição, pois desempenham o papel de *produtoras primárias de alimentos e cuidadoras primárias das crianças*” (FAO, 2015, p. 10, tradução nossa). Se para a Via Campesina a *violência patriarcal* é derivada das demais formas de exploração capitalistas e deve ser combatida em todas os níveis enquanto tal (LVC, 2017), para a FAO a *desigualdade de gênero* deve ser combatida pela valorização das mulheres que, “com seu conhecimento tradicional, *gerenciam a natureza e a fertilidade* da natureza para produzir para as pessoas”. (FAO, 2015, p. 15).

Por fim, as duas organizações defendem que a agroecologia depende de que todos tenham acesso a recursos naturais e produtivos, como sementes, biodiversidade, terra, águas, conhecimento. Mas enquanto a Via Campesina defende essa distribuição nos marcos da reforma agrária integral e da soberania alimentar, sob *controle autônomo* das comunidades camponesas, a FAO defende políticas que melhorem a *governança* e a posse da terra, considerando, porém, que “todo o peso do gerenciamento de recursos naturais não deve ser responsabilidade dos agricultores, mas sim uma responsabilidade compartilhada entre agricultores, Estado e organizações não governamentais para o maior benefício da sociedade” (FAO, 2016b, p. 7).

Segue uma síntese sobre a visão de cada uma das organizações sobre a agroecologia:

FAO	Via Campesina
É um meio de desenvolvimento agrícola	É sinônimo de agricultura camponesa sustentável
Desenvolvida por cientistas (agronomia + ecologia) e recebe aportes de agricultores	Desenvolvida por povos tradicionais e camponeses e recebe aportes de cientistas
Ferramenta de mitigação de disfunções dos sistemas agroalimentares, aliada a outras soluções, como os transgênicos ou a agricultura de baixo carbono	Ferramenta de transformação radical da sociedade, aliada à reforma agrária integral e à soberania alimentar

FAO	Via Campesina
Solução “ganha-ganha” voltada a todos os setores do sistema agroalimentar	Voltada à territorialização do campesinato em contraposição à territorialização do agronegócio
Adaptável à lógica do mercado capitalista, que deve impulsionar sua adoção por mecanismos de valorização	Impulsiona a construção de novas relações sociais e forças produtivas da natureza e do trabalho
Estado e organismos multilaterais devem liderar a disseminação da agroecologia (de cima para baixo)	Camponeses e suas organizações autônomas devem liderar a disseminação da agroecologia (de baixo para cima)
Ampliação da escala = adoção da agroecologia por grandes unidades produtivas do agronegócio	Ampliação da escala = adoção da agroecologia por maior número de camponeses, o que pressupõe redistribuição de terra

A disputa pela agroecologia como processo dialético e contraditório

Muitas outras considerações poderiam ser feitas a partir da comparação entre os documentos dessas organizações. Porém, acreditamos que o ponto principal de nossa argumentação já ficou claro. Buscamos complexificar a leitura sobre as possibilidades de diferenciação da agroecologia, demonstrando que a distinção fundamental entre seus “tipos” pode ser mais bem identificada quando se observa a visão da organização que a pratica a respeito da diferenciação de classe, da ideologia, da organização social e da relação estabelecida entre humanidade, sociedade e natureza. No plano discursivo, a agroecologia da FAO se apresenta como liberal, de inspiração democrata e reformista, e a agroecologia da Via Campesina se apresenta como emancipatória, de inspiração anticapitalista e socialista.

Em 2015, a Via Campesina, reunida a outras organizações no Fórum Internacional de Agroecologia em Selingué, Mali, denunciou:

A pressão popular tem feito com que muitas instituições multilaterais, governos, universidades, centros de pesquisa, algumas ONGs e corporações, entre outras instituições, finalmente reconheçam a “Agroecologia”. Contudo, elas têm tentado redefini-la como um conjunto limitado de tecnologias para oferecer ferramentas que parecem melhorar a crise da sustentabilidade da produção alimentar industrial, enquanto as estruturas de poder existentes continuam incontestadas. Esta cooptação da agroecologia, que serve para fortalecer o sistema alimentar industrial, ao mesmo tempo em que enche a boca com um discurso de aparência ecológica, tem recebido diversos nomes, tais como “agricultura climaticamente

inteligente”, “intensificação ecológica” ou “sustentável”, produção industrial de monocultura “orgânica” etc. Para nós, isso não é Agroecologia. Rejeitamos estas definições e lutaremos para desmascará-las e deter esta apropriação insidiosa da Agroecologia (LVC, 2015, p. 4)

Precisamos enumerar os pilares e princípios da nossa visão compartilhada da Agroecologia popular, que não é uma versão industrial ou acadêmica da Agroecologia, ou a Agroecologia da Monsanto nem mesmo da FAO, mas sim a Agroecologia popular baseada no nosso conhecimento” (LVC, 2015, p. 22).

Porém, é preciso dizer que a realidade é complexa e contraditória. Se o antagonismo está presente no âmbito discursivo, ele não se apresenta de maneira tão acentuada na relação estabelecida entre as duas organizações. Na realidade, a Via Campesina alimenta as concepções da FAO sobre agroecologia, presente em todos os seus fóruns, simpósios e mesas de negociação, assim como a FAO influencia diretamente a agenda política da Via Campesina e de seus movimentos. É de se notar, pelos documentos da Via, que há uma ambiguidade grande na relação que o movimento estabelece com o Estado e com organismos multilaterais, e que a tática de negociação permanente e disputa por instrumentos normativos acaba legitimando a apropriação do conceito de agroecologia por essas instituições – afinal, a Via Campesina exerce pressão justamente para que elas incorporem a “agroecologia” às suas agendas políticas. Porém, ao incorporar o termo, seu conteúdo se transforma e se adequa à natureza daquela organização.

Frequentemente, em fóruns e debates sobre agroecologia entende-se que a FAO está, em alguma medida, alinhada com a Via Campesina, na medida em que ambas teriam um caráter “progressista”, em prol dos elos menos favorecidos das cadeias agroalimentares, e seriam críticas à hegemonia do agronegócio e da Revolução Verde clássica. Os termos que ambas as organizações utilizam são similares, e, hoje, tanto a FAO quanto a Via Campesina afirmam que a agroecologia seria representada pela união entre “ciência, movimento e prática”. Mas como pudemos perceber, elas geram ciências, movimentos e práticas que indicam caminhos distintos (e no limite, antagônicos) em

relação à transformação social e ambiental¹⁷. Mesmo assim, a FAO, apesar de receber críticas, ainda é considerada pela própria Via Campesina como uma aliada em potencial, receptiva às propostas do campesinato e defensora de uma “dimensão social e política” para a agroecologia¹⁸.

Como vimos no início deste artigo, o conceito de agroecologia foi disputado desde suas origens. O que a construção divergente entre FAO e Via Campesina demonstram é que essa disputa segue presente, mas não necessariamente se dá por meio de confrontos diretos ou de cooptações deliberadas, mas de uma retroalimentação dialética e contraditória, movida por visões de mundo ao mesmo tempo diferentes e complementares.

Para compreender essa situação, temos de revisitar nossas lentes teóricas. Para além de nos ajudar a refletir sobre as possibilidades de superação da separação entre natureza e humanidade, a concepção de natureza de Bakunin (2014) é também a base ontológica da crítica ao centralismo, expresso pelo materialismo sociológico da teoria anarquista¹⁹.

A crítica do centralismo não se resume à política; ela expressa uma nova ontologia social, pois o que se critica é, de um lado, o conceito de um “centro” na natureza, de uma ordem real que deriva de um conceito; e, de outro lado, a ideia de uma causa primeira, de uma predeterminação. E é essa a raiz da verdadeira e radical diferença entre o materialismo de Bakunin e do coletivismo *versus* a concepção de Marx e Engels que, considerando a economia como determinante em última instância, expressa a ideia de que na natureza existe uma predeterminação que leva à necessidade de um centro organizador. Ao contrário do materialismo histórico, o conceito de natureza no materialismo sociológico não é a produção, mas sim ação e transformação (Ferreira, 2016, p. 58-59).

A negação da ideia de um centro possibilita um método de pesquisa e de análise que Bakunin e Proudhon denominavam “de baixo para cima”,

¹⁷ Se observarmos as listas daquilo que a Via Campesina defende e o que rechaça como agroecologia (LVC, 2013), veremos que grande parte do que rechaça é exatamente o que a FAO está propondo como agroecologia.

¹⁸ Em entrevista à Flavia Braga Vieira, Paul Nicholson explica: “Com as instituições multilaterais, com as instituições do Banco Mundial, com o Fundo Monetário Internacional não tomamos nem um tostão, nem uma ajuda, não há nenhuma relação. [...] estas instituições são instrumentos do modelo neoliberal e nós não temos nenhuma relação com elas. Não tivemos nenhuma conversa no passado, nunca. Outra coisa são as instituições das Nações Unidas, a FAO, a UNESCO. Aí nós entendemos que a fragilidade política delas é um marco no qual podemos intervir, e podemos buscar uma interlocução e colocar nossas denúncias e propostas na mesa.” (Vieira, 2008, p. 159).

¹⁹ Para um maior aprofundamento sobre o materialismo sociológico, ver Silva (2014) e Ferreira (2010, 2016).

que parte do pressuposto de que o geral é produzido pela ação-reação de causas particulares, não existindo de fato nenhuma causa primeira, absoluta ou pura na análise de fenômenos sociais.

Para compreender a realidade social, esses pensadores se utilizavam de categorias dialéticas, como a dialética natureza/sociedade; autoridade/liberdade; dominação/resistência e resistência/colaboração; entre outras que, em constante tensionamento, apontam para o movimento real das sociedades e da história como um processo de permanente transformação. Assim, a dominação é o tempo todo confrontada por movimentos de resistência, e a resistência confrontada pela dominação. Da mesma forma, a resistência diante da dominação é também tensionada pela colaboração com ela, e vice-versa. Esse paradigma, centrado na luta e na tensão entre pares dialéticos, permite uma ruptura com a história centrada no Estado (entendido como fenômeno inevitável e necessário da história humana), para conceber as diferentes formas de organização social (entre elas, o próprio Estado) como impermanentes e mutáveis por meio de eternos tensionamentos e dinâmicas de retroalimentação.

A dialética política entre autoridade e liberdade (entre centralização e descentralização, dominação e resistência) permite uma análise da história em que não existem regimes políticos “puros”, nem progressos absolutos, mas sim um permanente processo de luta entre autoridade e liberdade, centralização e descentralização, sendo as formas de governo o resultado de alguma transação ou equilíbrio prático determinado pela luta de classes (Ferreira, 2016, p. 65).

Segundo essa perspectiva, não há no horizonte um ponto de chegada final das lutas sociais ou das sociedades humanas (ponto de vista teleológico presente nas teorias liberais e marxistas), mas sim um cíclico, dinâmico e infundável processo de transformação. O que queremos dizer com isso é que o tensionamento entre os “tipos” de agroecologia representados pela FAO e pela Via Campesina também pode ser compreendido como fruto da ação-reação entre estes pares dialéticos, e não como um antagonismo absoluto.

Na pesquisa de mestrado, realizamos uma análise detalhada sobre o modo como o saber agroecológico assumiu a forma de um saber

subalterno, insurgente ou dominante, de acordo com o momento histórico e o contexto em que foi incorporado. No escopo deste artigo podemos dizer que, ao ser incorporada pela Via Campesina, a agroecologia assumiu um caráter de saber insurgente, alinhando-se a outras pautas de luta social e à ideologia desta entidade (sendo pressionada por forças de liberdade, descentralização e resistência).

Por outro lado, a Via Campesina, dialética e contraditoriamente, estabelece uma relação ora de resistência, ora de colaboração com as forças dominantes e centralizadoras da FAO, quando opta por participar, negociar, penetrar em sua estrutura política. Ao incorporar a agroecologia como uma de suas diretrizes, a FAO pressiona este saber a assumir um caráter de saber dominante, alinhando-se a outras pautas da democracia liberal e à ideologia desta entidade (pressionada agora pelas forças de autoridade, centralização e dominação).

De seu lado, a Via Campesina observa esse movimento e denuncia a agroecologia da FAO como uma “cooptação”, aprofundando ainda mais o significado da agroecologia enquanto saber emancipatório e rechaçando a visão agroecológica expressa pela FAO (novamente, sob as forças de liberdade, descentralização, resistência). Esta ação-reação é infinita, e pode levar simultaneamente a avanços e retrocessos do ponto de vista da luta social popular.

Na análise sobre o saber-poder, Gurvitch (1987) fala sobre uma “forma de tensão interna do conhecimento, que diz respeito à sua posição nas hierarquias parciais e globais dos sistemas cognitivos, bem como na estrutura social global: a forma hegemônica-dominante-central x forma subalterno-periférica-insurgente deste saber” (Ferreira, 2016, p. 52).

Podemos dizer, a partir dos casos analisados, que hoje observamos a coexistência entre um saber agroecológico que tende a assumir uma forma hegemônica-dominante-central, alinhada à segunda etapa da Revolução Verde e aos centros de poder, construída por meio de uma política econômica liberal como prática governamental; e um saber agroecológico em sua forma subalterna-periférica-insurgente, alinhada às periferias do poder, construída a partir de práticas emancipatórias que buscam autonomia e territorialização do campesinato. Esses dois “tipos” de agroecologia, ao mesmo tempo que se

excluem, se reforçam mutuamente por meio da dialética entre autoridade e liberdade; centralização e descentralização; dominação e resistência; resistência e colaboração.

Conclusões

Certamente a coexistência identificada aqui não se esgota na dualidade FAO × Via Campesina. Encontraremos exemplos de agroecologia com conteúdo ainda mais conservador ou reacionário do que o proposto pela FAO, bem como propostas de agroecologia mais emancipatórias e antissistêmicas do que a proposta pela Via Campesina. Há ainda que se considerar que neste estudo só pudemos observar os discursos destas entidades, e não suas práticas políticas. É possível que, ao fazermos isso, possamos descobrir que as práticas agroecológicas derivadas das políticas da FAO se alinham a uma perspectiva neoliberal, enquanto as práticas agroecológicas derivadas dos movimentos da Via Campesina se alinham a uma perspectiva reformista e social-democrata, por exemplo. Mas isso apenas futuras pesquisas dirão. Este estudo abre uma seara que pode ser percorrida e alargada por futuras investigações que se dediquem à análise de outras organizações, instituições e movimentos.

De todo modo, acreditamos que foi possível demonstrar que as diferenciações internas ao campo agroecológico vão muito além das formas assumidas enquanto prática, ciência ou movimento social. Afinal, um movimento social agroecológico pode tanto apontar, nos termos de Bookchin (1999), para a construção de um pensamento e de um mundo des-hierarquizados, quanto servir para legitimar ou mesmo conservar o *status quo* (ainda que proponha vias alternativas de desenvolvimento agrícola, dentro dos marcos do capitalismo). Não é raro encontrarmos algumas das proposições da FAO, e principalmente uma visão não classista da política, na retórica de vários movimentos sociais e ONGs agroecológicas no Brasil, o que demonstra sua capilaridade difusa. Assim também acontece com as práticas e com as ciências/saberes.

Por mais que alguns movimentos sociais digam que a agroecologia “cooptada” não pode ser chamada de agroecologia (expressa em palavras de ordem como “sem feminismo não é agroecologia”, “sem reforma agrária não é agroecologia” etc.), o fato é que a forma hegemônica-dominante-central da

agroecologia está viva e atuante nas mais diversas organizações, governamentais e não governamentais. Negar sua existência pode ser uma opção tática dos movimentos sociais, mas não contribui para a compreensão do fenômeno.

Ao nos depararmos com a ciência, o movimento e/ou a prática agroecológica, devemos nos perguntar em cada caso: aqui o uso da agroecologia está contribuindo para desafiar as relações de poder e dominação vigentes ou reforçá-las? Qual perspectiva de classe social ele assume, e como se relaciona com o Estado e com o mercado capitalistas? Este uso da agroecologia gera ou reforça que tipos de relação social e que tipos de relação com a natureza? E finalmente, a quem este uso está beneficiando e a quem está excluindo?

Esperamos que essas reflexões sobre a possibilidade de distinguir a forma hegemônica-dominante-central da forma subalterno-periférica-insurgente da agroecologia possam contribuir com o avanço e aprofundamento do debate em torno de sua vaga e propagada “dimensão social” e de seus desdobramentos práticos em cada contexto.

Bibliografia

- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, Henri. *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor. La revolución agroecológica en América Latina. *Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO*, v. 163, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar>. Acesso em: 5 nov. 2025.
- ALTIERI, Miguel. Breve reseña sobre los orígenes y evolución de la Agroecología em América Latina. *Revista Agroecología*, n. 10, 2015.
- BAKUNIN, Mikhail. Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, o mundo real e o homem. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro; TONIATTI, Tadeu Bernardes (Orgs.). *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014.
- BLAUSTEIN, Richard J. The Green Revolution Arrives in Africa. *BioScience*, v. 1. 58, n. 1, jan. 2008.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BONNEUIL, Christophe *et al.* Outra forma de inovar? A pesquisa ante o surgimento e um novo regime de produção e regulamentação do conhecimento em genética

- vegetal. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. *Transgênicos para quem? Agricultura, ciência, sociedade*. Brasília, DF: MDA, 2011.
- BOOKCHIN, Murray. *Ecología de la libertad: el surgimiento y disolución de la jerarquía*. Barcelona: Noosa y Jara Editores, 1999.
- BOOKCHIN, Murray. *Ecologia Social e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- BURGUETE, Araceli. Autonomía: la emergencia de un paradigma em las luchas por la descolonización en América Latina. In: GONZÁLEZ, Miguel; BURGUETE, Araceli; ORTIZ-T, Pablo. *La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina*. Quito: FLACSO, 2010.
- CECCON, Eliane. La Revolución Verde: tragedia em dos actos. *Ciencias 91*, 2008.
- COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina. Claves de lectura para comprender el despojo y las lutas por bienes comunes naturales en America Latina. In: COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina. *Territorios em disputa*. Despojo capitalista, lutas em defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para America Latina. Mexico: Bajo Tierra, 2014.
- DE SHUTTER, Olivier. *Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación: La agroindustria y el derecho a la alimentación (A/HRC/13/33)*. Geneva: ONU, 2009.
- DE SHUTTER, Olivier. *Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada. (A/HRC/16/49)*. Relatório do Relator Especial da ONU para Direito à Alimentação. Conselho de Direitos Humanos, 16a sessão. Dez/2010. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Brasília, DF: MDS, 2012.
- DE SHUTTER, Olivier. *Final report: The transformative potential of the right to food*. Report of the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter (A/HRC/25/57). Human Rights Council, 25th session. Geneva: ONU, 2014.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Final Report for the International Symposium on Agroecology for Food Security and Nutrition*. Roma: FAO, 2015.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Summary for Decision-Makers – FAO Regional Symposia on Agroecology*. Roma: FAO, 2016.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Catalysing Dialogue and Cooperation to Scale Up Agroecology: outcomes of the FAO Regional Seminars on Agroecology*. Summary. Roma: FAO, 2018a.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Iniciativa para Ampliar la Escala de la Agroecología: transformar la alimentación y los sistemas agrícolas apoyo de los ODS*. Una propuesta con motivo del segundo simposio internacional sobre agroecología. Roma: FAO, 2018b.
- FERREIRA, Andrey C. Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. *Em Debate*, Florianópolis, n. 4, p. 1-23, 2010.
- FERREIRA, Andrey C. A classe por si: Teoria econômica e política em Proudhon e no proudhonismo. *Em Debate*, Florianópolis, n. 11, 2014.
- FERREIRA, Andrey C. *Pensamento e Práticas Insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

- FERREIRA, Andrey C; TONIATTI, Tadeu B. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014.
- GEORGE, Susan. A Revolução Verde. In: GEORGE, Susan. *O Mercado da Fome*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GIRALDO, Osmar; ROSSET, Peter. La Agroecologia en una encruzijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. *Guaju*, v. 2, n. 1, 2016.
- GLIESSMAN, Stephen. Agroecology: growing the roots of resistance. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, n. 1, 19-31, 2013.
- GONZÁLEZ, Miguel; BURGUETE, Araceli. Introducción. In: GONZÁLEZ, Miguel; BURGUETE, Araceli; ORTIZ-T, Pablo. *La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina*. Quito: FLACSO, 2010.
- GURVITCH, Georges. *Dialética e Sociologia*. São Paulo: Vértice, 1987.
- HECHT, Susanna B. The evolution of agroecological thought. In: ALTIERI, Miguel (Ed.). *Agroecology: the science of sustainable agriculture*. Boulder: Westview Press, 1995. p. 1-19.
- HOFFMANN, Maria Barroso. Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos. In: ACSELRAD, Henri. *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- LA VIA CAMPESINA. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta: LVC, 2013.
- LA VIA CAMPESINA. *Fórum Internacional de Agroecología*. Sélingué: Centro Nyélény, 2015.
- LVC. *Las luchas de la Vía Campesina por la reforma agraria: por la reforma agraria, la defensa de la vida la tierra y los territorios*. Harare: LVC, 2017.
- NORDER, Luiz *et al.* Agroecologia: Polissemia, Pluralismo e Controvérsias. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo v. XIX, n. 3, p. 1-20, 2016.
- PERKINS, John. H. *Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes and the cold war*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Revista internacional interdisciplinar INTERthesis*, v. 1, n. 1, 2004.
- PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 15, p. 41-81, 1988.
- REINACH, Mariana H. M.; FABRIN, Guilherme A. O potencial emancipatório da agroecologia em questão: Dos riscos de cooptação à construção da autonomia. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 2, p. 76-105, 2020.
- REINACH, Mariana H. M. *Controvérsias sobre a dimensão social da agroecologia: uma comparação entre os discursos políticos da FAO e da Via Campesina*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

- REINACH, Mariana H. M. História da agroecologia dos centros às periferias: genealogia, disputas e transformações. *Em Tese*, Florianópolis, v. 21, n. 53, p. 1-31, 2024.
- REINACH, Mariana H. M. Geopolítica da Revolução Verde e desenvolvimento capitalista: desafios estruturais para a transformação dos sistemas agroalimentares. *Revista de Ciências Sociais*. v. 56, p. 1-18, 2025.
- ROSSET, Peter; MARTÍNEZ-TORRES, María E. La Via Campesina y agroecología. *In: LA VIA CAMPESINA. Libro abierto de la Vía Campesina, celebrando 20 años de luchas y esperanza*. Jakarta: LVC, 2013.
- SCHMITT, Claudia Job. A Transformação das “ideias agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, p.16-48, 2016.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*. La Paz: Plural, 2011.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; WOODGATE, Graham. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. *Revista Agroecología*, n. 8, 2013.
- SILVA, Selmo. N. A anarquia social: resistência, insurgência e revolução social na teoria de Bakunin. *Em Debate*, n. 11, 2014.
- TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Barcelona: Icaria editorial, 2008.
- VELÁZQUEZ, Dolores Camacho. A construção da autonomia no Movimento Zapatista de Chiapas: discursos e práticas. *In: FERREIRA, Andrey Cordeiro. (Org.). Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.
- VIEIRA, Flávia B. *Dos Proletários Unidos à Globalização da Esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- WEZEL, Alexandre *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

Como citar

REINACH, Mariana Homem de Mello. Ciência, movimento e prática? Chaves analíticas para identificar a “dimensão social” da agroecologia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, e2533105, 09.02.2026. DOI: https://doi.org/10.36920/esa33-1_05



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.